



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Pregão Eletrônico n.º 05 / 2013

SRP

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 04/03/2013 às 15h

Palmas - TO
fevereiro/2013



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2013 - SRP

O PREGOEIRO do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS (TRE-TO), designado pela Portaria nº 24, de 28 de março de 2011), expedida pelo Diretor-Geral do TRE-TO, comunica aos interessados que fará realizar licitação, através do uso de recursos de tecnologia da informação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, **(PREGÃO ELETRÔNICO), tipo MENOR PREÇO**, autorizada no Processo Administrativo Eletrônico nº 6.527/2012, por meio de Registro de Preços. A licitação obedecerá às condições estatuidas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520/2002, pelos Decretos nº 5.450 de 31 de maio de 2005, nº 3.931 de 19 de setembro de 2001 e nº 2.271 de 7 de julho de 1997, Resolução do TSE nº 23.234, de 15 de abril de 2010, IN /SLTI-MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, alterada, e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e ainda, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, Resoluções CNJ nº 98 de 10 de novembro de 2009 e nº 156 de 8 de agosto de 2012, Instrução Normativa TSE nº 4/2011, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

No dia **4 de março de 2013, às 15h** (horário de Brasília), na Sala de Licitações deste Tribunal, situada na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 NORTE, Conjunto 1, Lotes 1/2, em Palmas/TO, será efetuada a abertura do certame, exclusivamente por meio de sistema eletrônico do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (Comprasnet: www.comprasnet.gov.br).

I - DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo (auxiliar administrativo – 60 postos de trabalho), por meio de REGISTRO DE PREÇOS, para atuar na revisão do eleitorado com coleta de dados biométricos na 29ª Zona Eleitoral de Palmas e 1ª Zona Eleitoral de Araguaína ou, se necessário, em outra Zona Eleitoral do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I deste Edital.

1.2 Havendo divergências entre as descrições constantes do Sistema Comprasnet e as especificações constantes no Anexo I deste Edital, prevalecerão as do Edital.

II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas no sistema "Comprasnet", através do site www.comprasnet.gov.br, cujo gerenciamento é efetuado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (órgão provedor do sistema eletrônico).

2.2 A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

2.2.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

2.3 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O TRE-TO não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

2.4 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

2.4.1 que se encontrem em regime de recuperação judicial ou com falência decretada, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução, liquidação;

2.4.2 que tenham sido declaradas suspensas de contratar com o TRE-TO;

2.4.3 que estejam reunidas em consórcio de empresas e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

2.4.4 estrangeiras que não funcionem no país;

2.4.5 que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.4.6 que tenham em seus quadros empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (art. 3º, Resolução CNJ n.º 07/2005);

2.4.7 que tenham entre seus sócios, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins;

2.4.8 cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

2.5 A licitante está obrigada a declarar, no sistema eletrônico, se for o caso, sob

as penas da lei, nos termos do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06.

III – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 A licitante, que deverá estar inscrita no sistema eletrônico “Comprasnet”, no site www.comprasnet.gov.br (o qual é de acesso livre – SICAFWEB), deverá providenciar o seu credenciamento dentro do serviço “Pregão Eletrônico”.

3.1.1 O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-TO, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que provocados por terceiros.

IV – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta **(VALOR MENSAL)**, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.1.1 Em formulário específico do sistema Comprasnet, deverá ser lançado o valor mensal para a realização dos serviços, tendo em vista que o critério será o de MENOR PREÇO.

4.2 Até a abertura da Sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.2.1 Será solicitado nesta fase o envio eletrônico das declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação e de que a empresa não emprega menor, conforme item 8.2.

4.2.2 As declarações indicadas no subitem anterior somente serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação.

4.3 A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4.4 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

4.6 Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente, conforme item 4.11, deverá constar:

4.6.1 especificação clara e completa, ou seja, detalhamento dos serviços a serem prestados, observadas as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

4.6.2 cotação de preço unitário e total mensal e anual, em real, inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais incidentes sobre a prestação dos serviços, bem como taxas, impostos, uniformes e demais despesas diretas e indiretas pertinentes;

4.6.3 planilha de custos e formação dos preços que compõe a prestação dos serviços, com duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influem nos preços propostos para a contratação, discriminados conforme instrução Normativa nº 02, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, de 30 de abril de 2008 e alterações, preenchidas de acordo com os Anexos II a IV, discriminando ainda:

a) a categoria profissional do quadro de pessoal exigido, conforme item 4.4 do Anexo I (Termo de Referência);

b) o valor da remuneração, vigente na data de apresentação da proposta, fixada para a categoria profissional em Acordo Coletivo de Trabalho ou outro equivalente, englobando salário e demais vantagens estabelecidas na legislação trabalhista, excetuando-se vantagens não obrigatórias e que resultam de incentivos fiscais e de acordo com o item 4.4 do Anexo I (Termo de Referência);

c) os encargos sociais incidentes sobre a remuneração fixada, minuciosamente discriminados e expressos sob forma de percentual;

d) a taxa de administração, com detalhamento dos elementos que a compõe, inclusive impostos e taxas de obrigação da licitante;

e) GFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) da licitante.

4.6.4 prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão de abertura deste pregão eletrônico;

4.6.5 dados do licitante referente às seguintes informações: razão social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se possuir, banco,

agência, número da conta-corrente, facultada a apresentação destas informações quando da contratação;

4.6.6 enviar cópia da Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio, Conservação Ambiental e Pública do Estado do Tocantins – 2012/2013.

4.7 Não serão admitidas retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez recebida a proposta, exceto no caso de nova disputa por meio de lances inseridos no sistema eletrônico, conforme previsto no Edital.

4.8 Após a abertura da Sessão, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

4.9 Caso o prazo de validade da proposta não esteja expressamente indicado na proposta, fica estabelecido que este prazo será de 60 (sessenta) dias a contar da sessão de abertura deste Pregão.

4.10 Não sendo emitida a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias se for o proponente consultado.

4.11 A proposta de preços, ajustada ao lance vencedor, deverá ser anexada ao Sistema Comprasnet após solicitação do pregoeiro pela opção "Convocar Anexo", no prazo máximo de 4 horas, contado de sua solicitação.

4.11.1 A critério do pregoeiro, a fim de agilizar a sessão pública, poderá ainda, ser solicitado o envio da proposta para o e-mail cpl@tre-to.jus.br.

4.11.1.1 O ENCAMINHAMENTO POR E-MAIL NÃO AFASTA A POSTAGEM NO COMPRASNET, QUE É OBRIGATÓRIA.

4.12 A proposta de preços original deverá ser entregue ao pregoeiro, sem rasuras, assinada pelo representante da empresa, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento da sessão pública, no seguinte endereço:

Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
2º Andar – Seção de Licitações
Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 NORTE, Conjunto 1, Lotes 1/2
Plano Diretor Norte - Palmas/TO
CEP: 77.006-214 - Caixa Postal 181

4.13 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item 4.11, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

V – DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 O Pregoeiro iniciará a Sessão Pública na data e horário previstos neste Edital, via sistema eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, no prazo avençado, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

5.2 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.1.1 Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **valor mensal** para execução dos serviços.

6.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.2.1 A licitante poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 Prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar, em havendo dois ou mais lances de igual valor.

6.4 No transcurso da Sessão Pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor dos 5 (cinco) menores lances registrados, vedada a identificação de seus detentores.

6.5 A etapa de lances será encerrada por decisão do Pregoeiro, que comunicará às licitantes, iniciando o tempo de espera determinado. Após expirado esse tempo, o sistema ainda abrirá o tempo randômico, de 1 a 30 minutos, em que as empresas poderão oferecer lances, cujo encerramento dar-se-á, aleatoriamente pelo sistema, em no máximo 30 (trinta) minutos.

6.6 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

6.7 Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e do Decreto n.º 6204, de 05 de setembro de 2007, serão adotados os seguintes procedimentos:

6.7.1 será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

6.7.2 para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

1. a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora na fase de lances;
2. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.7.1, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito;
3. no caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no subitem 6.7.1 será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta:
 - a) na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 6.7.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
 - b) o disposto no subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - c) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

VII – DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 O Pregoeiro efetuará a aceitação das propostas, classificando a proposta de menor preço, após o encerramento da etapa de lances, podendo encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor.

7.2 A licitante vencedora será anunciada pelo Pregoeiro, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da Sessão Pública, ou quando for o caso, após negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor preço.

7.3 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

7.4 O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal do TRE-TO ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

7.5 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

7.6 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

7.7 O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio dos anexos contendo as planilhas de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que as compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRE-TO.

7.8 Não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

7.8.1 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

7.8.2 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

7.8.2.1 questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

7.8.2.2 verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

7.8.2.3 levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e junto ao Ministério da Previdência Social;

7.8.2.4 consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

7.8.2.5 pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

7.8.2.6 verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

7.8.2.7 pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

7.8.2.8 levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

7.8.2.9 estudos setoriais;

7.8.2.10 consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

7.8.2.11 análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;

7.8.2.12 demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.9 As licitantes deverão apresentar sua proposta obedecendo ao piso salarial para o Posto de Encarregados, ou Chefes de Turmas e Equivalentes, Superior a 50 Funcionários, disposto na alínea "J", do Item I, da Cláusula Terceira, da Convenção Coletiva especificada no item 4.4.

7.9.1 A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar que apresente sua proposta com o salário inferior ao piso salarial poderá, após diligência, ajustar os salários no prazo estabelecido, desde que não altere o valor total da proposta. O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza-se hipótese de desclassificação da proposta.

7.9.2 Também será desclassificada a proposta que, após as diligências, não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Pregoeiro.

7.10 Erros no preenchimento da Planilha não é motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.

7.11 Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 Ocorrendo a hipótese anterior o Pregoeiro poderá ainda negociar com a licitante, no sentido de se obter preço melhor.

VIII – DA HABILITAÇÃO

8.1 Para participar da presente licitação, a licitante deverá estar inscrita no SICAF, com a documentação obrigatória regularizada, sendo que a comprovação desta habilitação será obtida via *on line* pelo Pregoeiro, o qual verificará a validade dos seguintes documentos:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional;
- b) prova de regularidade para com a Seguridade Social: Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal.

8.1.1 sendo verificado que algum documento encontra-se vencido ou não conste no SICAF, será admitida a apresentação do original ou cópia autenticada, ou ainda nos termos da legislação pertinente a cada documento.

8.1.2 A licitante também deverá comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) expedida eletronicamente. (Lei nº 12.440/2011).

8.2 Além do cadastro no SICAF, exigir-se-á da licitante:

8.2.1 declaração de inexistência de fato impeditivo na habilitação, na forma do parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8666/93, conforme modelo constante no Anexo V deste Edital;

8.2.2 declaração relativa ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo VI deste Edital;

8.2.3 as declarações encaminhadas na forma do subitem 4.2.1 substituem a exigência da remessa das mesmas declarações dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 (anexos V e VI);

8.2.4 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com emissão de até 30 dias da abertura da licitação;

8.2.5 balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que o venha substituir:

8.2.5.1 para efeito de comprovação da qualificação econômico-financeira deve ser apresentado fotocópia autenticada em cartório do Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Balanço de Abertura, para as empresas criadas no exercício em curso, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da Sede ou domicílio da licitante;

8.2.5.1.1 os referidos demonstrativos deverão ser assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

8.2.5.2 as empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência contida no subitem anterior, mediante a apresentação de Balanço de Abertura;

8.2.5.3 a análise da qualificação econômico-financeira será feita por contador(es) deste Tribunal, sendo adotado o seguinte critério para a análise das demonstrações: Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) >1, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG – Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} >1$$

$$\text{SG – Solvência Geral} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} >1$$

$$\text{LC – Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} >1$$

8.2.5.4 as licitantes, obrigatoriamente, deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um), em qualquer dos índices acima referidos e patrimônio líquido superior ou igual ao mínimo exigido, sob pena de inabilitação;

8.2.5.5 os índices serão calculados com duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente;

8.2.5.6 se necessária a atualização do balanço ou do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente.

8.2.6 declaração que comprove o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no art.3º da Lei Complementar nº123/06 e comprovar tal condição por meio de registros no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

8.2.7 declaração da licitante de que conhece as condições locais para a execução dos serviços (Anexo VII) OU declaração de que, através de representante devidamente credenciado pela licitante, vistoriou os locais onde serão prestados os serviços (Anexo VIII);

8.3 O pregoeiro efetuará ainda para efeitos de habilitação:

- a) consulta ao site www.cnj.jus.br para verificar o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa;
- b) consulta ao site www.portaltransparencia.gov.br para verificar o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria Geral da União.

8.4 caso seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.5 Para fins contratuais deverão ser encaminhados Contrato Social, Procuração, Identidade e CPF, todos devidamente autenticados.

8.6 A documentação deverá:

- a) estar em nome da licitante;
- b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente;
- c) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas a matriz.

8.6.1 Caso a licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz, filial) deverá apresentar, desde logo, os documentos de regularidade fiscal em nome desses estabelecimentos, além dos demais documentos exigidos neste Capítulo para sua habilitação.

8.7 As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação na presente licitação, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital ou com irregularidades, serão inabilitadas, não se admitindo complementação posterior.

8.8 Os documentos exigidos para habilitação, descritos neste capítulo, deverão ser anexados ao Sistema Comprasnet após solicitação do pregoeiro pela opção "Convocar Anexo", no prazo máximo de 4 horas, contado de sua solicitação.

8.8.1 A critério do pregoeiro, a fim de agilizar a sessão pública, poderá ainda, ser solicitado o envio da documentação para o e-mail cpl@tre-to.jus.br.

8.8.1.1 O ENCAMINHAMENTO POR E-MAIL NÃO AFASTA A POSTAGEM NO COMPRASNET, QUE É OBRIGATÓRIA.

8.9 Os documentos originais deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento da sessão pública, no seguinte endereço:

Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins
2º Andar – Seção de Licitações
Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 NORTE, Conjunto 1, Lotes 1/2
Plano Diretor Norte - Palmas/TO
CEP: 77.006-214 - Caixa Postal 181

8.10 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.10.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.10.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.11 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item 8.8, será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

IX – DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS

9.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica, através do e-mail cpl@tre-to.jus.br ou ainda, por meio de documento protocolado no TRE-TO.

9.1.1 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.2 Dos atos do pregoeiro neste processo licitatório caberá recurso nos casos previstos na Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 5.450/05, devendo a licitante manifestar a sua intenção de recorrer, através de formulário próprio no âmbito do Sistema Eletrônico, cabendo às demais licitantes apresentar as eventuais contra-razões.

9.3 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

9.3.1 Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

9.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5 Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

9.6 Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

9.7 Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Licitações deste Regional.

X – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 Por se tratar de Registro de Preços, as informações orçamentárias e financeiras serão colhidas nos respectivos processos de requisições e contratações.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Após a adjudicação do objeto e a homologação do resultado da licitação pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços mediante Ata de Registro de Preços.

11.1.1 A Ata de Registro de Preços é um compromisso de prestação de serviços firmado pela licitante vencedora e destina-se a subsidiar o acompanhamento dos preços.

11.1.2 O fornecedor será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias

úteis, contados da data de recebimento da convocação/comunicação, assinar a Ata de Registro de Preços.

11.2 A recusa injustificada da vencedora do certame em assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.3 Após a publicação da Ata de Registro de Preços, no Diário Oficial da União, poderão ser firmados os contratos dentro do prazo de validade do Registro.

11.3.1 O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial da União e ficarão disponibilizados no site www.tre-to.jus.br durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.4 A contratação formalizar-se-á mediante instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital, do Contrato, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

11.5 A vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura.

11.6 A licitante que tenha seu preço registrado estará obrigada a cumprir todas as condições dispostas na Ata de Registro de Preços (Anexo XI).

11.7 Na hipótese de o primeiro classificado ter seu registro cancelado, e não firmar a contratação no prazo e condições estabelecidos poderá ser firmado a contratação com o segundo classificado, nas mesmas condições propostas, atendidas as especificações e prazos conforme o Edital.

11.8 Observados os critérios e condições estabelecidas no presente Edital, a Administração poderá contratar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de prestação de serviços compatível com o solicitado pela Administração, observado as condições do Edital e o menor preço registrado.

11.9 A Contratada deverá manter-se, durante a vigência do Registro de Preços em compatibilidade com as condições de habilitação assumidas na licitação, exclusivamente quanto aos documentos descritos no item 8.1 deste Edital, renovando as respectivas certidões e encaminhando-as ao TRE/TO (Coordenadoria de Material e Patrimônio), no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da solicitação das mesmas.

11.10 Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá ser autorizado a utilizar a Ata de Registro de Preços durante a sua vigência, desde que comprovada a vantagem, devendo, para tanto, comunicar a adesão à Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 8º, do Decreto n.º 3.931/2001, alterado pelo Decreto n.º 4.342, de 23 de agosto de 2002.

11.10.1 Caberá ao órgão aderente à Ata de Registro de Preços,

verificar junto ao fornecedor a capacidade de prestação de serviços, bem como informar ao TRE-TO sobre tal capacidade.

11.10.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação da prestação de serviços, desde que não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas.

11.10.3 As aquisições adicionais de que trata o item 11.10 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a totalidade dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, nos termos do § 3º do art. 8º do Decreto n.º 3.931/2001.

XII – DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 Havendo necessidade de prestação de serviços, estes serão solicitados formalmente pelo Presidente da Comissão de Apoio ao Projeto de Biometria – FASE III mediante Solicitação de fornecimento devidamente assinada pelo agente responsável, conforme Anexo XII – Modelo Requisição de Fornecimento.

12.2 Os serviços serão prestados nos locais abaixo relacionados ou de acordo com as necessidades da Administração, em qualquer Zona Eleitoral:

Local / Endereço	
01ª Zona de Eleitoral de Araguaína.	Avenida Neif Murad, Quadra 01, Lote 02 Setor Noroeste, Araguaína – TO.
29ª Zona de Eleitoral de Palmas.	Quadra 104 Sul, Avenida Lo-01, Número 10 – Plano Diretor Sul – Palmas – TO.

12.3 Os serviços serão prestados semanalmente, no horário de expediente do Tribunal, com jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, por profissionais pertencentes ao quadro funcional da contratada.

12.3.1 Os serviços também poderão ser prestados, em caráter eventual, em dias não úteis com posterior compensação das horas excedentes trabalhadas.

12.4 Os profissionais indicados para a prestação dos serviços devem estar uniformizados conforme exigências contidas no item 5.5 do Anexo I (Termo de Referência).

12.5 Os serviços serão realizados de acordo com os pedidos, para os quais serão emitidas as notas de empenho respectivas e encaminhadas para a empresa contratada.

12.6 Relativamente ao disposto no presente título, aplica-se também, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei 8.078, de 11/09/1990 - Código de Defesa do Consumidor.

12.7 As demais condições, forma e prazo para o fornecimento do objeto deste

instrumento convocatório encontram-se estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I), Ata de Registro de Preços (Anexo XI) e Contrato (Anexo IX), partes integrantes deste Edital independente de transcrição.

XIII – DO PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento definitivo dos serviços prestados (apresentação da Nota Fiscal e atesto da mesma pelo gestor do Contrato, conforme orientação deste termo e legislação vigente).

13.2 A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

- a) do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados;
- b) da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº. 8.666/93;
- c) do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração;

13.3 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.4 Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos, multas e outras penalidades que eventualmente vierem a ser aplicadas.

XIV – DAS PENALIDADES

14.1 O atraso injustificado para início da execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada conforme a gradação abaixo para transgressão:

- a) atraso de até 10 (dez) dias, multa diária referida para transgressão média;
- b) atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária referida na transgressão média, sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

14.2. Pela recusa injustificada em assinar o instrumento de contrato ou pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas neste ato convocatório, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins poderá, garantida a

prévia defesa do contratado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções:

- a) advertência por escrito, quando a licitante deixar de atender determinações necessárias à regularização de faltas ou defeitos concernentes à execução dos serviços, a critério da administração do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins;
- b) multa compensatória no percentual referente à transgressão gravíssima;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

14.3 Para fins de aplicação das penalidades deverá ser considerada a seguinte gradação para fins aferição da transgressão porventura praticada pela contratada:

- a) leve: primeiro desatendimento de determinação emanada pela fiscalização ou Administração do Tribunal;
- b) média: segundo desatendimento de determinação emanada pela fiscalização ou Administração do Tribunal;
- c) grave: desatendimento reiterado de determinação emanada pela fiscalização ou Administração do Tribunal;
- d) grave: pagamento dos salários dos empregados com até cinco dias de atraso;
- e) gravíssimo: pagamento dos salários dos empregados com atraso superior a cinco dias.

14.4 De acordo com a gravidade da transgressão, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) advertência: para a transgressão leve;
- b) multa de 1% calculada sobre o montante anual do contrato: para transgressão média;
- c) multa de 3% calculada sobre o montante anual do contrato: para transgressão grave, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, inclusive rescisão contratual;
- d) multa de 7% calculada sobre o montante anual do contrato: para transgressão gravíssima, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, inclusive as relacionadas na alínea "c" do item 14.2 deste Edital;

14.5 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro, mediante Guia de Recolhimento da União, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis após a respectiva notificação;

14.6 Caso não seja paga no prazo previsto no subitem anterior, será ela cobrada ou descontada por ocasião do pagamento efetuado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

14.7 Das penalidades aplicadas caberá RECURSO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, observados o procedimento estabelecido no artigo 109 da Lei nº 8.666/93.

14.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

XV - DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo de legislação federal.

15.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

15.2.1 Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar ao TRE-TO a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

15.2.2 Caso o TRE-TO já tenha emitido a nota de empenho respectiva, para que a empresa realize a prestação de serviços e a empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o(s) pedido(s) já formalizado(s) e empenhado(s).

15.3 O TRE-TO terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento do pleito, para análise dos pedidos de revisão recebidos.

15.3.1 Durante esse período a empresa deverá efetuar a prestação de serviços pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE-TO. Nesse caso, o TRE-TO procederá ao reforço dos valores pertinentes aos serviços empenhados após o pedido de revisão.

15.3.2 A empresa obrigará-se a realizar a prestação de serviços pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

15.4 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Tribunal convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

15.4.1 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

15.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o TRE-TO poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

XVI. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

16.1 O registro do fornecedor poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I - Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências contidas no presente Edital, Ata de Registro de Preços, Contrato ou no Termo de Referência (Anexo I);
- b) o fornecedor der causa à rescisão administrativa, da contratação decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94;
- c) o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se apresentar superior ao praticado pelo mercado;
- d) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94;

II - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências deste instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

16.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

16.3 A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

16.4 No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor e, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

16.5 A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga da prestação de serviços, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

XVII - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-TO E DA LICITANTE VENCEDORA

17.1 As obrigações do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins e da licitante vencedora encontram-se especificadas no Termo de Referência (ANEXO I), Ata de Registro de Preços (Anexo XI) e Contrato (ANEXO IX).

XVIII - DO CONTRATO

18.1 Será firmado Contrato com a licitante vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n.º 8.666/93.

18.2 Integrarão o Contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste PREGÃO, independentemente de transcrição.

18.3 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o Contrato e apresentar justificativa, por escrito, não aceita pelo Secretário de Administração e Orçamento, a Sessão Pública para o Recebimento das Propostas será retomada e os demais licitantes chamados a fazê-lo, na ordem de classificação.

18.3.1 Nesse caso, sujeita-se a licitante vencedora às penalidades aludidas no capítulo XIV deste Edital.

18.4 Se a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do Contrato, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no capítulo XIV deste Edital.

18.5 O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.666/93.

XIX – DA GARANTIA

19.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, sob pena de ter o contrato rescindido e penalidades cabíveis, garantia contratual, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, podendo optar por uma das modalidades descritas no parágrafo primeiro, do artigo 56, da Lei nº 8.666/93.

19.2. Em se tratando de caução em dinheiro, deverá a contratada comprovar junto à SADOR, o depósito em caderneta de poupança em favor do TRE-TO.

19.3. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-TO.

19.4. A garantia prestada pela Contratada responderá pelas multas que lhe venham a serem aplicadas, bem como pelo pagamento de qualquer obrigação.

19.5. Não será aceita garantia que vede a possibilidade inserta no subitem anterior.

19.6. No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou de seguro-garantia, a mesma deverá ser renovada, na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo e percentual estabelecidos neste capítulo, devidamente reajustado.

19.6.1. No caso de acréscimo, supressões e eventuais repactuações, é condição preliminar, a adequação da garantia legal prestada.

19.7. Em ocorrendo revisão de preços, o valor da garantia deverá ser complementado em igual proporção.

19.8. Se o valor da garantia vier a ser utilizada nas situações referidas no item 19.4, a contratada se obriga a efetuar a respectiva reposição, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data do recebimento da notificação deste Tribunal.

19.9. A garantia somente poderá ser liberada ou restituída após a execução do contrato.

19.9.1. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação;

19.9.2. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o término da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

19.10. Deverá constar expressamente na garantia, que caso seja necessário o pagamento de verbas trabalhistas, a instituição garantidora atenderá o disposto no item 19.9.2.

XX – DA REPACTUAÇÃO

20.1 O contrato poderá ser repactuado nos termos da Resolução nº 23.234/10 do Tribunal Superior Eleitoral.

20.2 Advindo razão legal para a repactuação do Contrato, caberá à Contratada apresentar cópia da convenção ou acordo coletivo de trabalho, bem como demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do Contrato, conforme planilha de Custo e Formação de Preços anexa à proposta inicialmente apresentada.

20.3 Em face da recomendação contida no item 9.4 do Acórdão TCU nº 1.827/2008-Plenário, a CONTRATADA deverá encaminhar ao TRE/TO, mediante protocolo, o pedido de repactuação do valor dos serviços contratados no período compreendido entre a data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar.

20.4 Autorizada a repactuação pela Contratante, o pagamento da diferença entre o valor repactuado e o anteriormente praticado, relativo aos serviços já prestados, será efetuado mediante a apresentação de fatura distinta da apresentada mensalmente.

20.5 Será admitida a repactuação dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze meses), desde

que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data-base da categoria envolvida.

XXI - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1 O acompanhamento e a fiscalização dos serviços será feita por servidor designado pela Secretaria de Administração e Orçamento do Tribunal, a quem compete verificar se a licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e seguindo os procedimentos e disposições do item 12 do Termo de Referência.

21.2 O gestor do contrato terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a licitante vencedora assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

21.3 O gestor do contrato terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à Secretaria de Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

21.4 Das decisões do gestor do contrato, poderá a licitante vencedora recorrer à Secretaria de Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação.

21.5 A ação e/ou omissão, total ou parcial, do gestor do contrato não eximirá a licitante vencedora da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

XXII – DA CONTA VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

22.1 As provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, a serem pagas pelo Tribunal à empresa contratada para prestar os serviços objeto desta licitação, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta vinculada em banco público oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa.

22.1.1 A movimentação da conta vinculada será mediante autorização do TRE-TO, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

22.1.2 A solicitação de abertura e a autorização para movimentar a conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - serão providenciadas pela Secretaria de Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

22.2 O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes previsões:

- a) 13º salário;
- b) Férias e Abono de Férias;

- c) Adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa;
- d) Impacto sobre férias e 13º salário.

22.2.1 Os valores provisionados para o atendimento do disposto no item 22.2 serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

22.2.2 Os valores provisionados para o pagamento dos encargos trabalhistas estabelecidos no Item 22.2, somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- I) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- II) parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- III) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;
- IV) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e
- V) o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado;

22.3 O TRE-TO promoverá abertura de conta vinculada, em banco público oficial, nos termos da Instrução Normativa nº 4/2011 do TSE.

22.4 A assinatura do contrato para a prestação dos serviços objeto deste certame, a ser firmado entre o TRE-TO e a empresa vencedora será precedida dos seguintes atos:

22.4.1 Apresentação por parte da contratada de documento de autorização para a criação da conta vinculada, devidamente assinado;

22.4.2 Solicitação pelo TRE-TO, mediante ofício, de abertura de conta corrente vinculada – bloqueada para movimentação –, no nome da empresa, seguindo, no que couber os Anexos III, IV, V, VI, VIII e IX da Resolução Nº 98 de 10 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça;

22.4.3 Assinatura pela empresa a ser contratada, no ato da regularização da conta corrente vinculada, de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao TRE-TO ter acesso aos saldos e extratos, e que vincule a movimentação dos valores depositados à sua autorização, conforme modelo (Anexo X (VII da Resolução nº 98 do CNJ)).

22.5 Os saldos da conta vinculada - bloqueada para movimentação - serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no acordo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

22.6 Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no Item 22.2, depositados na conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - deixarão de compor o valor do pagamento mensal à empresa.

22.7 A empresa contratada poderá solicitar autorização do TRE-TO para resgatar os valores, referentes às despesas com o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados que prestam os serviços contratados, ocorridas durante a vigência do contrato.

22.7.1 Para a liberação dos recursos da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - a empresa deverá apresentar à unidade de controle interno ou setor financeiro os documentos comprobatórios da ocorrência de indenizações trabalhistas.

22.7.2 O TRE-TO, por meio do setor competente, expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos pela unidade de auditoria, a autorização de que trata o Item 22.7, que será encaminhada à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

22.7.3 A autorização de que trata o subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

22.7.4 A empresa deverá apresentar ao TRE-TO, no prazo máximo de três dias, o comprovante de quitação das indenizações trabalhistas, contados da data do pagamento ou da homologação.

22.8 Nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência de valor da conta-corrente vinculada para a conta-corrente judicial, o tribunal eleitoral, após atendimento, deverá notificar a empresa sobre a ordem judicial e informar que o valor transferido judicialmente será glosado por ocasião do primeiro pagamento a ser efetuado à contratada e depositado na conta-corrente vinculada para recomposição do saldo, conforme previsto no contrato.

22.9 Eventuais saldos remanescentes somente serão liberados à empresa após 5 (cinco) anos do encerramento do contrato.

XXIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.2 Não será admitida a subcontratação pela licitante vencedora na execução

do objeto deste Edital, sem expressa autorização deste Tribunal.

23.3 É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

23.4 A critério do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins a presente licitação poderá ser:

23.4.1 Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;

23.4.2 Revogada, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

23.4.3 Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.5 A anulação do procedimento licitatório induz à da contratação.

23.6 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente Edital.

23.7 A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

23.8 Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

23.9 O Pregoeiro poderá, no interesse do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, relevar omissões puramente formais nas propostas apresentadas pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

23.10 As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, nos casos de força maior, devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa a licitante vencedora.

23.11 São partes integrantes deste Edital, independente de transcrição:

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

Anexos II a IV - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Anexo V – DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO

Anexo VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ART. 7º CF

Anexo VII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS ESPÉCIFICAS DO OBJETO

Anexo VIII - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Anexo IX- MINUTA DO CONTRATO

Anexo X - AUTORIZAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO CONTA VINCULADA

Anexo XI – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Anexo XII - MODELO REQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO

23.12 Terão, conjuntamente, força contratual a proposta vencedora, a ata de registro de preços e os termos deste Edital.

23.13 É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.

23.14 O Pregoeiro dirimirá as dúvidas que possam surgir em decorrência da interpretação deste Edital, desde que argüidas até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a Abertura da Sessão Pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço: cpl@tre-to.jus.br.

23.15 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo pregoeiro, de acordo com o que reza a Lei 10.520/2002, os Decretos nºs 3.555/2000, 5.450/05 e 3.931/01 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações.

23.16 É competente o foro do Juízo Federal da Seção Judiciária do Tocantins para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

Palmas - TO, 18 de fevereiro de 2013.

José de Oliveira Castro Junior
Pregoeiro do TRE-TO